Parte 1 - Pesquisa qualitativa: conceitos básicos

Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault

Geraldo Inácio Martins
João Cleps Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, G.I., and CLEPS JUNIOR, J. Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 69-88. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Nas tramas do discurso: possibilidades teóricas e metodológicas em Michel Foucault

Geraldo Inácio Martins
João Cleps Junior

O termo discurso é polissêmico. Ele está inscrito em nosso cotidiano e, às vezes, ligado ao simples ato da fala, ou é visto, em certas situações, com sentido negativo. Isso é observado em alguns sinônimos comumente dados a ele: palavras ditas sem uma ordem de verdade; estratégia política no intuito de angariar votos etc. Em outras palavras, o discurso é entendido como superficial, sem referência à história, sem uma referência geográfica. Palavras ditas e esquecidas por não possuírem uma proposição verdadeira.

É certo, o discurso referido pelos analistas não é esse do cotidiano, vazio em seu acontecimento. Ao contrário, refere-se a um conjunto de enunciados produzidos no seio da história, dentro de uma referência espacial e, sobretudo, de um conjunto complexo de saber e poder. O discurso, porém, não se esgota no campo da semântica; está nele, mas o ultrapassa, em virtude do jogo de correlações, dos efeitos de sentido, dos sujeitos possíveis e das estratégias imbuídas em seu fazer.

Nesse sentido, como demarcar a linha que separa (ou une) o discurso do “senso comum” daquele (ou àquele) ao qual se referem os analistas? Considerando que seja possível fazer essa distinção, como e por quais meios é possível fazer a análise do discurso? Uma resposta provisória: o discurso, além de um conjunto de enunciados produzidos historicamente, pressupõe um corpo teórico conceitual. Esse corpo teórico

é cortado e delimitado por outros conceitos: enunciado, formação discursiva e arquivo, que fazem do discurso uma complexidade.

É pensando nessa complexidade que escrevemos este texto, cuja proposta é refletir, por meio do arsenal teórico-metodológico da análise do discurso, sobretudo com a contribuição de Michel Foucault, sobre o intrincamento de discurso/enunciado/arquivo. Trata-se de um exercício teórico sobre o discurso, mas, principalmente, de uma tentativa de refletir sobre os caminhos pelos quais é possível aproximar a análise do discurso e a geografia. A referência principal são os conceitos forjados, originalmente, na obra *Arqueologia do saber*, mas que ganharam espaço nas discussões referentes à análise do discurso. A questão norteadora é saber em que medida esses conceitos ajudam a pensar os discursos em sua multiplicidade.

Analisar o discurso supõe, em primeiro lugar, analisar a sutil relação de posições de sujeitos e a produção de sentidos. Supõe ainda um objeto em sua materialidade (o discurso) e um dispositivo pelo qual se examina a materialidade discursiva. Há também, no próprio exercício de análise, múltiplas posições assumidas pelo sujeito, e, nesse caso, o lugar ideológico do qual se fala tem implicações importantes. A esse respeito, destacamos:

- A análise do discurso tem como campo privilegiado a linguística e a história. É nelas, e pelo intrincamento dos conceitos produzidas em seu interior, que o arsenal teórico e metodológico da análise do discurso assume um regime de “estabilidade”. Logo, o empreendimento proposto aqui requer acuidade no tratamento dos conceitos operados, porque a escrita deste texto não parte do lugar da análise do discurso, ou do analista do discurso, nem do linguista, nem do historiador propriamente, mas do lugar da geografia com seus conceitos e determinações.
- Mesmo ciente da necessidade de um cuidado maior com os conceitos por eles pertencerem a outro campo de reflexão, há sempre o risco de reduções. Até porque não é possível, simplesmente, fazer a transposição de alguns conceitos.

Ciente dos riscos e da riqueza analítica da análise do discurso, cabe dizer que a geografia não tem se preocupado, em raras exceções, com os elementos da linguagem. Isso ocorre, em primeiro lugar, em função dos fechamentos dos latifúndios conceituais. Em segundo, por causa das dificuldades em compreender que, por detrás de uma geografia material, há sempre uma geografia discursiva. Nesse sentido, ir à história, à linguística ou aos analistas do discurso, propriamente, é trazer para os que se preocupam com a relação homem-natureza outros olhares, outras possibilidades. Afinal, o homem

com qual nos preocupamos é múltiplo, e nessa multiplicidade a linguagem assume um papel importante na leitura de mundo empreendida em cada sociedade.

Dos conceitos... Discurso, o tecido de relações

O discurso é um complexo de temas, conceitos, estratégias, posições de sujeito, modalidades enunciativas e objetos. Há uma complexidade inerente ao discurso, em relação à história, à língua, aos sistemas de interdições e ao jogo de sua apropriação. Ele é formado por um conjunto de elementos que fornecem as possibilidades de correlação com outros discursos e, também, por aqueles que impõem limites em sua ação. Diante disso, surge a dúvida: como é possível apreender o discurso dentro do jogo de complexidade que lhe é inerente?

Há ao menos duas respostas possíveis. A primeira é que é preciso tomar o discurso como algo “dado”, mas que esconde por detrás de si vozes murmurantes, os “não ditos” ou os ditos sem querer. O discurso é um edifício de longa duração construído dentro da continuidade histórica. No exercício de análise, pergunta-se a ele próprio o que esconde, esquecendo-se do que está “dito”; de reconstruir o que se fez, pensou e produziu em dada época. No entanto, esse modelo de pensamento retira a complexidade inerente ao discurso.

A segunda resposta é que o discurso é determinado e determinante, determina escolhas de uma rede teórica, é descontínuo em sua própria continuidade. Em vez de uma suposta coerência interna, há rupturas e apagamentos. O discurso é determinado pelo jogo de relações que formam seu objeto, pelas modalidades de enunciação e pelas práticas discursivas. No exercício de análise, a indagação tange o porquê dessa materialidade discursiva, e não de outra em seu lugar. Trata-se de indagar as condições de existência dos “campos associados” ao discurso, a “função” e o *status* dele. Enfim, o discurso é a materialidade dada, mas é compreendida no tecido de relações que lhe determinam.

Ambas as respostas se referem às reflexões de Foucault. A primeira apresenta elementos de suas críticas, categorias postas em suspenso por pressupor sínteses fabricadas e aceitas sem qualquer exame crítico. A segunda é a construção de uma rede teórica para questionar essas categorias e o *status* de continuidade esboçado. Nesse caso, em vez de massa inerte, o discurso é apreendido como uma prática que suscita outras, como um campo recortado por outros elementos.

Há um motivo claro para as críticas. Ao colocar certas categorias em suspenso, como as noções de tradição, desenvolvimento, evolução etc., Foucault pretende “a *descrição pura dos fatos de discurso*” (Foucault, 2000a, p. 92, grifos do autor). Isso porque há benefícios nesse exercício. Ao retirar as determinações formuladas *a priori*, agrupa-

mentos novos têm potencial de existir. Estes podem revelar relações não suspeitas até então, abrindo-se, assim, um campo rico para análises e correlações. Além disso, ao deixar os elementos do discurso em seu próprio nível, surgem mecanismos pelos quais é possível tratar os elementos discursivos e os não discursivos, como os de ordem técnica, política, econômica etc. E, por último, ao deixar o discurso dentro de sua própria instância, ficam em evidência os elementos que o constituem.

Há, no campo do discurso, uma hierarquia conceitual bem definida. Nessa hierarquia, há outras por meio de conceitos que necessitam de adicionais. Por isso, referir-se ao discurso é, sempre, referir-se a um conjunto de vicissitudes que se insinuam, mas nunca se revelam sozinhas. A fim de demonstrar esse indício de hierarquia, elaboramos o organograma 1.

Não há em Foucault, como ele mesmo adverte, uma teoria da formação do discurso, nem um pressuposto metodológico definitivo. Todavia, em suas análises, ele desenha *tramas* conceituais, aquelas a partir das quais é possível analisar o discurso em sua constituição. Para isso, é preciso, antes, detalhar os demais conceitos que margeiam a unidade discursiva. Em outras palavras, dentro da proposta do autor, há outros conceitos necessários à compreensão do fato discursivo. Entre eles, as formações discursivas, o enunciado e o arquivo ganham relevo.

Organograma 1 – Rede do discurso conforme Foucault

Fonte: Foucault (2012).

Organização: Geraldo Inácio Martins (2012).

Nesse campo de hierarquia e, ao mesmo tempo, de dependências múltiplas (conforme o organograma 1), os conceitos têm, cada um, seu *status* e sua função e correspondem a meios e espaços pelos quais é possível pensar o campo discursivo. A esse respeito, podemos citar, por exemplo, o próprio conceito de discurso, compreendido como “um conjunto de *enunciados*, na medida em que se apoie na mesma *formação discursiva*” (Foucault, 2012, p. 143, grifos nossos). Portanto, para pensar o discurso, é preciso, antes, pensar os conceitos de formação discursiva e de enunciado.

Ao observar mais uma vez o organograma 1, fica claro que a base para a formação dos enunciados é a prática enunciativa. Para Foucault, prática discursiva é um conjunto de regras históricas construídas em determinado tempo-espaço “que definiram, em dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 143). A rigor, elas se referem às condições históricas nas quais um conjunto definido de enunciados teve condição de existência. Por serem “anônimas”, há sempre a dificuldade de demarcá-las. No entanto, são o plano de sustentação sobre o qual se ergue o edifício do discurso.

Erguido na prática discursiva, o enunciado é, primeiro, um conjunto de elementos dessa prática. Essa definição é, por si mesma, limitada, sobretudo ao observarmos o sentido que Foucault oferece ao termo: o enunciado como um acontecimento discursivo. Acontecimento esse “que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (p. 34). Apesar de ser um elemento da língua e de ter um efeito de sentido, o enunciado rompe essas fronteiras por ter seu regime de existência. Em qualquer língua, é possível formar um conjunto infinito de formulações; no plano discursivo, há sempre um conjunto finito de enunciados. Por ter esse caráter de raridade, todo enunciado é tomado como acontecimento.

Nesse sentido, o enunciado não é em si uma unidade, mas uma “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p. 105). São essas funções que regulam as condições de existência dos enunciados, e nelas estão as regras que os controlam. Dentro de um enunciado, há sempre: (1) um referente; (2) uma posição de sujeito; (3) um campo associado; e (4) uma materialidade:

1. O referente: forma “o lugar, a condição, o campo de emergência”; é o conjunto de relações colocadas em campo por meio do próprio enunciado. Tem como base o próprio objeto a partir do qual se fala, ou melhor, a partir do qual se estabelece um princípio de correlação. Esse correlato, porém, não é um sujeito ou uma frase em específico, mas um campo complexo sobre o qual se traçam certos domínios. Entre estes, destacam-se: a) “objetos materiais”; b) “objetos fictícios”; c) “localizações espaciais e geográficas”; d) objetos que existem “na mesma escala de tempo em que se formula o enunciado”; e e) “objetos que per-

tencem a um presente” (pp. 110-1). Perfilando no enunciado, esses domínios são os elementos que ditam as leis, as possibilidades e as regras para os objetos nomeados no enunciativo.

2. A posição de sujeito: dentro da função enunciativa, os sujeitos assumem posições distintas conforme os enunciados. Isso acontece, primeiro, porque estes não são frutos de um sujeito transcendental, o dono do que diz ou produtor de seu discurso. Em seguida, porque essas posições são móveis, ganham dinâmica de acordo com as práticas discursivas (quando nos referirmos à formação discursiva e à função enunciativa, a discussão sobre a posição de sujeito será detalhada).
3. O campo associado: um enunciado tem, em suas margens, outros enunciados. Os enunciados não existem isolados, mas sempre no interior de um campo de correlações constituído a partir de: (a) “outras formulações” dentro do mesmo campo em que o enunciado se inscreve; (b) um “conjunto de formulações a que o enunciado se refere”; e (c) um “conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão” (pp. 119-20). Nesse sentido, forma-se aqui o campo de relações históricas entre os enunciados: todo enunciado supõe outros, anteriores e ulteriores. Há, portanto, possibilidades de *recorrências*, seja para reafirmar, negar ou modificar os enunciados de outrora.
4. A materialidade: “o enunciado precisa ter substância, um suporte, um lugar e uma data”. É graças a esse regime de materialidade que um enunciado pode ser repetido por um ou dois sujeitos distintos ao mesmo tempo, sem, contudo, perder os elementos que lhe configuram. A materialidade são, portanto, as formas concretas com as quais o enunciado emerge, que são da ordem das *instituições* (p. 123).

O enunciado é um conjunto de coisas ditas, as quais têm um referente (do qual e a partir de onde se enuncia), uma posição de sujeito (os sujeitos mudam de lugar conforme sua inscrição dentro da prática discursiva), um campo associado (enunciados em correlações) e uma materialidade (o regime concreto de existência). Mesmo assim, dentro das coisas ditas, poucas realmente ganham existência, isto é, elas existem no interior de uma *raridade*. Os enunciados, em sua raridade, são recortados, repartidos por elementos exteriores a eles; assim, encontram-se libertos em sua *exterioridade*. Exteriores a si mesmos, dispersos entre outros, poucos enunciados “já-ditos” restam ou mudam sua forma de existência; eles ganham acréscimos e, sobretudo, retomam e repetem aqueles que os precedem. Têm, portanto, regime de *acúmulo*.¹

¹ Para Foucault, o regime de acúmulo refere-se a três princípios: a) remanência; b) aditividade; e c) recorrência.

Observemos, primeiro, o duplo jogo que se desenrola no enunciado. Por um lado, ele é domínio de certa atualidade; por outro, “convoca um espaço de memória” por meio de recorrências (Gregolin, 2008, p. 23). Depois, observemos que, quando Foucault expõe a questão da raridade, exterioridade e acúmulo, seu intuito é livrar o enunciado das origens irrefletidas e das continuidades históricas. Ao minar esses elementos, ele coloca o enunciado em outro nível, o da regularidade, dispersão e descontinuidade. Por ser um objeto raro, o sentido de cada um é multiplicado; se é exterior a si mesmo, é necessário restituir a dispersão. Considerar a descontinuidade do discurso é também aprender as condições, o lugar e o momento de sua irrupção. O enunciado se redesenha, recorre a outros campos e faz do discurso que recorta “um bem finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização” (Foucault, 2012, p. 148).

Ao descrever o que é próprio do enunciado – o referente, a posição de sujeito, o campo de correlações e a materialidade – e suas regras como acontecimento – regime de raridade, exterioridade e acúmulo –, aproximamo-lo do conceito de discurso. Mas isso ainda é insuficiente, pois os enunciados se apoiam nas formações discursivas. A formação discursiva é um campo complexo, que delimita e determina os enunciados e, ao mesmo tempo, é formado por eles. É necessário, porém, analisar o modo como isso se dá.

A formação discursiva refere-se às condições a partir das quais os enunciados são produzidos, considerando-se sua inscrição social, espacial e temporal. Desenha os enunciados e é redesenhada por eles, estabelece jogos de relação entre unidade e dispersão. É heterogênea, espaço no qual os enunciados se coadunam ou divergem. Nesse sentido, é “uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes” (p. 146).

De modo geral, a formação discursiva é a matriz a partir da qual os enunciados são ditos, matriz que regula e determina a natureza dos ditos. Pode-se dizer que é a força motriz a partir da qual os sujeitos enunciam. Por outro lado, é o que permite situar uma gama de enunciados dispersos dentro de certa organização. A formação discursiva, como adverte Foucault, caracteriza-se “não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência” (p. 143).

Ao demarcar uma formação discursiva, de certa forma, “revelamos algo dos enunciados”. Do mesmo modo, quando tratamos os enunciados na singularidade de sua existência, “individualizamos uma formação discursiva” (Fischer, 2001, p. 2003). A formação discursiva, portanto, desenha um sistema de regras operadas no interior de um discurso, determinando a “regularidade dos processos temporais” e articulando as séries de acontecimentos discursivos, as transformações, as permanências e as

“mutações” (Foucault, 2012, pp. 88-9). Como sistema de regularidade e de dispersão, conforme salienta Foucault, ela desvela-se:

No caso em que se puderem descrever, entre certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se puder definir uma regularidade [...] diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (p. 47, grifos do autor).

No entanto, o sistema de dispersão e as regularidades só podem ser descritos quando houver a possibilidade de determinar as regras de formação dos objetos, das enunciações, dos conceitos e das estratégias que regem a formação discursiva. Isso acontece, por um lado, porque os objetos que perfilam dentro de uma formação discursiva o fazem de maneira conflituosa. Por outro, porque esses objetos são formados no interior da prática discursiva. Determinar as regras de sua formação revela que não há condições de se falar qualquer coisa em qualquer momento da história. O horizonte possível para a ação, à instância de produção do novo, está determinado nas “fronteiras do momento” (Veyne, 2011, p. 49), isto é, dizer algo “novo” é sempre um trabalho difícil.

A formação dos objetos se dá num jogo complexo de relações elaboradas “entre instituições, processos econômicos e sociais. Formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (Foucault, 2012, p. 55). Em outras palavras, o objeto do discurso é formado numa trama de relações discursivas e não discursivas. Ao deixar claro essa trama, desvelam-se as condições de existência do objeto, a forma como ele se situa entre outros e como estabelece planos de diferenças, sua heterogeneidade.

Para Foucault, há sempre o desejo de definir uma unidade para os discursos, ou uma constância, e de pressupor que estas se formariam quando um conjunto de enunciados se referisse ao mesmo objeto. Com efeito, “definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual”, antes de pressupor unidade, consiste em “descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que o separam, medir as distâncias que reinam entre eles” (pp. 40-1). É preciso, pois, pensar nas regras de formação do objeto, nas condições de emergência dentro de dado contexto histórico. Nessas regras, estão circunscritos os nexos, as regularidades constituintes de sua dispersão e o regime de sua existência. Enfim, devemos considerar que os objetos têm existência, uma produção; ao mesmo tempo, eles se modificam, apagam-se ou são reatualizados numa formação discursiva.

Nela, é possível associar outro elemento importante, a *função enunciativa*, que é o que torna uma frase uma proposição dos elementos do discurso ou, mais propriamente, um enunciado (Gregolin, 2004). Isso, porém, é feito sob certas condições e pressupõe um número de regras inerentes. A função enunciativa existe na medida em

que “alguém fala sob uma condição de verdade, com autorização e com *status* para fazê-lo”; existe quando há “posições de sujeito”, e se fala a partir de “um lugar institucional” determinado (Foucault, 2012, pp. 64-5).

Quando alguém fala, certamente o faz porque lhe foi conferido *status* para isso. Usa um conjunto de regras regulamentadas e recorre aos lugares institucionais, espaços nos quais se “obtem” o discurso, cuja função é dar legitimidade e/ou funcionalidade às práticas discursivas. No entanto, esse *status* tem suas condições históricas de existência e se modifica conforme novas práticas discursivas ou novos lugares de verdade venham a surgir. O mesmo acontece com os lugares institucionais, que, em certos momentos, perdem a funcionalidade e/ou são colocados em segundo plano (Foucault, 2012).²

Na função enunciativa, talvez a questão mais significativa seja o tratamento que Foucault confere ao *sujeito*, ou melhor, às posições possíveis para o sujeito. O discurso não pertence ao enunciador – que entra na função enunciativa em certas condições específicas –, como se este conscientemente escolhesse entre um e outro discurso, mas a um conjunto de relações históricas. Ao enunciar, o sujeito o faz em determinação a um conjunto de relações ideológicas construídas que possibilitaram a emergência de um discurso em detrimento de outros possíveis. Em vez de um ponto de origem da enunciação, há posições de sujeito possíveis em relação a uma prática discursiva, as quais se revelam a partir do:

- a. [...] sujeito que questiona [...] e que ouve, segundo certo programa de informações;
- b. [...] sujeito que observa [...] e que anota, segundo um tipo descritivo;
- c. (sujeito) situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente;
- d. (sujeito que) utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala de informação [...] (p. 63).

“Multiplicidade” (Fischer, 2001) ou descentralização do sujeito? Na verdade, como alerta Navarro-Barbosa (2004), Foucault rejeita o antropocentrismo do sujeito ao retirá-lo do “lugar soberano”, pois há a necessidade de descartar a figura de um “grande consciente coletivo” assegurando o continuísmo da história. Entretanto, ao minar a constituição do sujeito, Foucault o coloca em outro nível. O sujeito no lugar de produtor da história e da prática discursiva é uma “construção historicamente determinada” por essa prática (Navarro-Barbosa, 2004, p. 107).

² A esse respeito, Foucault cita como os hospitais se tornam espaços privilegiados para os discursos referentes à doença e o importante papel que os documentos assumem em detrimento do livro e da tradição.

Isso acontece porque “o sujeito do enunciado é função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro”. É “função vazia”, exercida, de forma alternada, por indivíduos distintos, em tempos-espacos díspares (Foucault, 2012, p. 113). Esse lugar do sujeito não definido de uma vez por todas, uniformemente, varia de acordo com as próprias dinâmicas da prática discursiva.

Na formação discursiva, é preciso, pois, observar também a constituição de uma *rede teórica* e das *redes de estratégias*. Para Foucault, à primeira vista, parece haver uma série de conceitos coerentes entre si. Mas basta aproximar as análises para que essa primeira aparência se desfaça e, no lugar da coerência, veja-se “o aparecimento de novos conceitos”, diferentes em sua natureza. Destes, alguns talvez derivem dos primeiros; outros têm natureza díspar, são incompatíveis e heterogêneos (2000a, p. 101). A formação discursiva rege a formação de conceitos, articulando-os com outros de natureza díspar, e/ou, ainda, forma outros conjuntos heterogêneos, por vezes, sem equivalência ao primeiro regime.

A rigor, a rede teórica revela como os enunciados ou, mais propriamente, como a formação discursiva articula(m) uma gama de conceitos fazendo correlações. Estas podem acontecer entre aqueles conceitos que não pressupõem o mesmo regime de verdade ou se relacionar com objetos e funções enunciativas distintos. Podem efetivar-se ainda por meio de “um domínio de memória”, ao relacionar um conjunto de enunciados não mais admitidos, mas mesmo assim surgem os laços de filiação (p. 69).

Ainda que a análise se inicie no intuito de encontrar grupos de conceitos coerentes entre si, no final, conforme salienta Foucault, o que se observa é a emergência, simultânea e sucessiva, de conceitos que se distanciam, criam lacunas, tornam-se incompatíveis. Nesse sentido, a questão não é mais encontrar uma arquitetura de conceitos “gerais” e “abstratos”, cuja função seria desvelar sua própria genealogia para explicar todos os demais que lhes são vizinhos. Ao contrário, o pressuposto é justamente apreender o “jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão” (p. 43).

Em relação às estratégias que se desenrolam em uma formação discursiva, Foucault as situa, primeiro, naquilo que compreende como “pontos de difração”. Trata-se de entender como enunciados de natureza distinta entram em uma mesma formação discursiva. Esse primeiro ponto pode ser ampliado, especialmente ao observarmos os “pontos de equivalência” (objetos distintos, mas com a mesma regra de formação) e os “pontos de incompatibilidade” (enunciados incompatíveis entre si). No lugar em que devíamos notar apenas uma falta de coerência, desordem, vemos “pontos de ligação” cuja função é formar, a partir dos pontos de equivalência e de incompatibilidade, conjuntos derivados de objetos, rede teórica e funções enunciativas (p. 78).

Notemos que tudo isso são tendências, isto é, processos que se dão dentro da formação discursiva, mas que são alterados quantitativa e qualitativamente de um discurso a outro, pois no campo das estratégias há elementos sutis e nuances conturbadas, sobretudo no interior da *função* e do *jogo de apropriação* do discurso. Primeiro, todo discurso tem uma função, intrínseca às regras de sua formação.³ Além disso, o jogo de apropriação do discurso origina-se quando o direito de falar é reservado a grupos restritos e desdobra-se no “acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados” (p. 82). Nem todos podem exercer a função discursiva em todos os discursos, haja vista que seus elementos são reservados a grupos determinados. Na apropriação do discurso, portanto, revela-se a trama complexa deste como objeto de desejo e poder.

Sob esse ponto de vista, as escolhas estratégicas não têm gênese em uma “visão de mundo” ou em um jogo de interesses deste ou daquele sujeito. Tampouco obedecem a determinações formuladas *a priori* ou seguem um plano de dispersão. Surgem junto a um conjunto de regras das relações discursivas exteriores ao discurso, impondo-lhe formas, delimitando objetos e fazendo-o uma prática. Têm uma ordem de aparecimento, funcionamento recíproco, transformações e correlações. Há, portanto, regularidades.

Afinal, na formação discursiva estão prescritas as correlações, o jogo operado para “que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia” (p. 88). Enunciado e formação discursiva implicam-se mutuamente, logo, rebatem sobre o conceito de discurso. Se o enunciado tem uma materialidade, um campo associado, um referente e uma posição de sujeito, e, se a formação discursiva tem redes conceituais, função enunciativa, estratégias e objetos, por dedução, estes são os elementos de identificação do discurso em nível material e conceitual.

É preciso fazer alguns balizamentos, sobretudo no que se refere ao conceito de discurso. Para Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados dentro da mesma formação discursiva que a língua, o texto e as proposições não conseguem esgotar. Para ter existência, precisa dos signos linguísticos, mas rompe suas fronteiras, especialmente, por sua sutil ligação com os processos históricos e sociais. É, portanto, uma trama complexa que, ao mesmo tempo, envolve a língua, rompe suas determinações e, do mesmo modo que conclama os fatos históricos para sua constituição, os produz discursivamente.

Nesse sentido, conforme Fernandes, o discurso é exterior à língua, nutre-se da história e se envolve com elementos não essencialmente linguísticos. Nesse regime de exterioridade, há posições que se contrastam, e existem as coexistências. Isso se deve às “diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos ou grupos sociais” (2007, p. 28).

³ Para exemplificar, Foucault recorre à função pedagógica da gramática no período clássico.

Ao se inscrever em espaços ideológicos distintos, os sujeitos de enunciação, de certa forma, assumem características próprias desses espaços.

Ainda a respeito do discurso, Veyne (2011) acredita que ele seja a cartografia da ação humana, cartografia do que fazem e pensam os homens, mesmo sem saber. Usando outra metáfora, “os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram” (2011, p. 50). Ao fazer referências à ordem da história, o intuito não é demonstrar uma continuidade, mas, sim, o campo de recorrências, mesmo que este se faça por apagamentos ou reatualizações.

Todo esse trabalho de Foucault para articular conceitos, estratégias, objetos e funções enunciativas objetiva evidenciar que o discurso não é uma produção individual, mas sempre uma construção histórica e social forjada sobre regras de existência e funcionamento. Ao demonstrar a materialidade do discurso, Foucault expõe suas possibilidades de transformações e sacralizações; quando destaca o referente, mostra como o discurso funciona, as condições de sua formação e o modo como os sujeitos se posicionam. Com base nessa leitura, podemos dizer que o discurso se dá na articulação do discursivo com o não discursivo, é produção controlada, organizada e redistribuída, espaço de saber e poder (Foucault, 2011).

Nesse sentido, o discurso é construído por um número limitado de enunciados sobre os quais podemos traçar suas condições de existência. O trabalho de análise se situa na contextualização do acontecimento, de pensar o sujeito como histórico, mas pensar, ao mesmo tempo, sua descontinuidade. Trata-se de demonstrar o conjunto “de condições que regem, em um momento dado e uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, [...] laços estabelecidos, *a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários* [...], a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas” (Foucault, 2000a, p. 95, grifos nossos). Pensar o agrupamento dos enunciados é, antes, pensar as condições de institucionalização, ou melhor, a construção do *arquivo*.

A noção de arquivo refere-se àquilo que poderíamos chamar de mecanismo de tratamento metodológico, ou melhor, é “um conjunto de discursos efetivamente produzidos em um tempo-espaço determinado”.⁴ A rigor, o arquivo é um conjunto de discursos que uma sociedade, determinada sob certas condições espaciais e temporais, produziu sobre si mesma. Tratá-lo é, primeiro, “definir o regime de enunciabilidade, formação e transformação daquilo que pode ser dito ou escrito, fazendo surgir o enunciado-acontecimento” (Navarro-Barbosa, 2004, p. 116).

O arquivo não é a “totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre” (Foucault, 2012,

⁴ Esse conceito de arquivo foi exposto pelo professor Cleudemar Alves Fernandes em uma aula da disciplina Discurso, Memória e História, oferecida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 14 mai. 2012).

p. 95). Ao contrário, é um conjunto de regras que perpassam certa cultura e ditam o aparecimento ou desaparecimento dos enunciados. Por um lado, faz com que “todas as coisas ditas não se acumulem indefinitivamente em uma massa amorfa”. Por outro, é o elemento de agrupamento “de figuras distintas” acompanhadas de uma “das outras segundo relações múltiplas”, fazendo com que se mantenham ou desapareçam as regularidades específicas (p. 158).

À primeira vista, o arquivo parece ser um dado *a priori* ou uma força motriz que atrai e regula os vários discursos de um tempo. Porém, ao contrário, conforme salientam Guilhaumou e Maldidier, é uma primeira leitura operada sobre os discursos. Estes podem ter características dos arquivos tradicionais, data, nome próprio e relação com instituições, mas ultrapassam tudo isso porque permitem estabelecer grupos de relações que os arquivos tradicionais não permitem. Nesse sentido, na análise do discurso, “o arquivo não é passivo de uma realidade institucional” ou um “simples documento onde se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (1997, p. 164).

A concepção de arquivo, conforme Sargentini, traz para o plano de análise a sutil relação entre os discursos e suas articulações históricas na prática discursiva. Observando tal característica, é “preciso recolher e organizar o material a ser analisado sob um novo enfoque” (2004, p. 86). Com isso, rompe-se com os postulados de homogeneidade: o enunciado torna-se “um nó em uma rede” dentro de um plano horizontal de relações interdiscursivas, ou melhor, a heterogeneidade ganha relevo, a descontinuidade opera entre os domínios associados. O discurso visto pela perspectiva do arquivo tem flexibilidade, a partir da qual é possível observar o sistema de formação e transformação dos enunciados.

Assim, percebemos que, quando o arquivo é tomado como mecanismo de estruturação, engloba um conjunto múltiplo de discursos, enunciados e formações discursivas. A rigor, “cada arquivo é estabelecido a partir de uma organização própria, reunindo sentidos advindos de uma diversidade máxima de textos tomados a partir de um tema, de um acontecimento ou de um trajeto temático” (p. 91). No entanto, esses elementos não buscam uma síntese e/ou uma homogeneização; o valor do arquivo não está na produção de uma unidade, mas na representação dada a cada acontecimento discursivo.

Enfim – considerando os conceitos expostos aqui, enunciado, formação discursiva e arquivo, e os sistemas de dispersão e regularidade que se operam sobre eles dentro de uma prática discursiva –, o discurso é um acontecimento histórico ao qual os conceitos, temas, objetos e estratégias se reportam, apagam-se e se reatualizam. A partir dele, é possível demarcar uma posição de sujeito, ver as funções assumidas e as apropriações forçadas. Em suma, trata-se de pensar o discurso como produção e produto de um

processo histórico; produção que não remete a uma origem ou a dado sujeito, mas às condições espaciais, temporais e sociais, e que pode ser agrupada dentro de um arquivo. É considerando esses princípios que a análise se processa, conforme descreveremos na próxima seção.

As tramas históricas do discurso: aspectos de análises

A análise do discurso tem como foco identificar as materialidades discursivas, analisar os sentidos postos, desvelar os campos associados e os mecanismos de recorrência; “a palavra discurso é sempre um convite a descer mais baixo para descobrir sua singularidade” (Veyne, 2011, p. 52). Considerando esses princípios, e sobretudo aqueles expostos anteriormente, elaboramos, com base na leitura de *Arqueologia do saber*, de Foucault, um organograma-síntese de alguns pontos em que ele se refere ao trabalho de análise do discurso:⁵

Organograma 2 – Descrição dos discursos – arqueologia de Foucault

Fonte: Foucault (2012).

Organização: Geraldo Inácio Martins (2012).

⁵ É bom lembrar que a análise do discurso tem vários pensadores antes e além de Foucault. O destaque dado a ele aqui tem a ver com nosso objetivo neste texto.

Pensar o arquivo, e sua descrição, é pensar as condições de existência dos objetos, os sujeitos (e suas posições), os conceitos e as “funções derivadas do enunciado”, ou melhor, como esses itens se organizam na formação discursiva. A descrição “dos enunciados atestados em sua dispersão arquivística permite ter acesso à compreensão *do sentido ocorrido*, sem passar pela descrição da frase” (Guilhaumou, 2009, p. 125, grifos do autor). Isto é, na análise, o objeto não é a linguagem em si, “mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada de discursos” (Foucault, 2000b, p. 72).

Desse modo, a análise do discurso proposta por Foucault (organograma 2) tange a descrição do arquivo ou aqueles procedimentos derivados de uma *arqueologia*. A fim de demonstrar como isso se processa, o autor expõe questões pontuais, ao indagar “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”, ou “que singular existência é essa que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (2012, p. 34).

Para Foucault, na análise, a condição básica é restituir ao enunciado a singularidade do acontecimento. Com isso, demonstrar a descontinuidade na prática discursiva não é um acidente isolado, mas a condição básica para que os enunciados aflorem na história. Trata-se de descrever como conceitos incompatíveis são postos dentro de uma mesma formação discursiva e as relações entre as diversas estratégias; enfim, descrever esse conjunto de heterogeneidades. Essa questão se complementa com uma segunda, aquela pela qual se descrevem os sistemas de regularidade e as dispersões próprias a cada conjunto em análise, observando dentro dos enunciados “uma ordem em seu aparecimento sucessivo; correlações em sua simultaneidade; posições assinaláveis em um espaço comum; funcionamento recíproco; transformações ligadas e hierarquizadas” (p. 46).

Nesse sentido, o trabalho de análise situa o discurso em seu próprio nível e busca desvelar as regras de formação de uma prática discursiva. Trata-se de descrever as condições de existência e, ao mesmo tempo, o modo como se repartem. Nessas condições, estão os elementos que destacamos para descrever as formações discursivas, ou seja, o objeto, as funções enunciativas, as posições de sujeito, a rede teórica e o jogo das estratégias. Isto é, na análise, a proposta é demonstrar como esses elementos têm condições de existência, as interdições que eles operam e as funções que assumem. Tenta-se

estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais (p. 71).

As ideias transcritas nessa citação não atribuem para a análise apenas a descrição dos objetos, ou das funções enunciativas, da rede teórica ou das estratégias. Ao contrário, como dentro desse conjunto de elementos é possível observar um número elementar de relações, essas relações são as que formam o discurso. Um trabalho de análise, portanto, pretende encontrar e descrever o ponto no qual estas se dão. Ainda assim, são necessárias algumas observações:

- Ao definir a forma como os objetos se distribuem, nem todas as relações podem ser apreendidas em sua totalidade.
- Ao definir a forma como os conceitos se dão na prática discursiva, os jogos de recorrência, derivação e incompatibilidade, há sempre um número relevante de relações que não estão ao alcance do analista.
- Quando o foco são as funções enunciativas, há condição de apenas demonstrar sua singular existência e o *status* que assume (Foucault, 2012).

Porém, devemos considerar que um trabalho de análise é sempre parcial. Primeiro, porque dentro de uma formação discursiva o conjunto de relações estabelecidas está muito além de nossa capacidade de trabalho. Segundo, porque o objetivo não é uma análise “total” e exaustiva dos enunciados que abordamos no trabalho. Nesse sentido, trata-se de descrever, como demonstra Foucault, o porquê de certo enunciado e não de outro, os pontos de encontro e desencontro, mesmo que isso se mostre de forma frágil. A preocupação não é encontrar um ponto de origem no qual todos os enunciados se repartem, tentando desvelar todos os percursos, todas as relações, mas, sim, quais são as condições para que este “dito” tenha ganhado uma materialidade, uma função e um *status* dentro de um contexto histórico e social.

Outra característica da análise do discurso é a descrição da posição de sujeito. Conforme Foucault, nesse item, o que importa não é quem fala ou quem exerce o comando da palavra. O plano de análise situa noutro nível, naquele em que “não importa quem fala, mas o que ele diz e não é dito em qualquer lugar” (2012, p. 150). A rigor, trata-se de se situar no nível do “diz-se” e nele demonstrar junto às coisas ditas o conjunto complexo de relações, o cruzamento de domínios, as recorrências, as remanências e aditividades e as transformações; enfim, situar o “diz-se” dentro de um regime de regularidades e dispersões. Cabe assinalar que “o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz” (Sargentini, 2001, p. 251).

No nível do “diz-se”, há ainda as heterogeneidades. Segundo Fernandes, a noção de heterogeneidade deve-se a consideração de que todo discurso é constituído por um entrelaçamento de outros discursos dispersos nos campos associados. Dentro destes,

com muitos discursos postos, “o sujeito tem a ilusão de ser o centro do seu dizer” desconhecendo a exterioridade do discurso (Fernandes, 2007, p. 40). Trata-se dos efeitos interdiscursivos, nos quais há o discurso “transverso e o discurso relatado”. E consideremos que, na emergência do discurso, existe sempre o “exterior e anterior à sequência dada”, ou melhor, o “interdiscurso” (Pêcheux, 2011, pp. 143-4).

É bom lembrar que Foucault não se refere ao termo interdiscurso; ele usa termos diferentes para indicar o mesmo processo, ou seja, dentro de um discurso, há vários outros presentes, transversos, discurso sobre discurso – por isso ele é heterogêneo. Nesse sentido, a heterogeneidade se dá porque há as recorrências, as aditividades e as remanências. Embora as noções conceituais sejam diferentes, existem pontos de comunhão entre as diferentes teorias: o discurso é recortado por vários outros, com objetos, redes teóricas, funções e *status* distintos. Além disso, operando sutilmente nesse interdiscurso, encontramos mais uma vez a descontinuidade como elemento fundante do discurso como produção histórica.

Ainda no nível do “diz-se”, é preciso relacionar as práticas discursivas com aquelas não exatamente discursivas, isto é, o funcionamento do discurso. Da relação do discursivo com o não discursivo, presume-se que os objetos têm condições de existência, estratégias podem ser forjadas e conceitos díspares entram no mesmo plano de ação. Nesse sentido, pensar como o discurso se relaciona com instâncias exteriores a ele permite demonstrar seus limites e sua eficácia. Trata-se, portanto, de analisar as diferentes maneiras pelas quais um discurso desempenha um conjunto de funções dentro de um sistema estratégico não discursivo. Do mesmo modo, mas em sentido oposto, faz-se mister analisar como o não discurso impõe, delimita, controla e muda as práticas discursivas. Com base em Foucault (2012), tecemos algumas observações:

1. Para analisar os acontecimentos discursivos, é insuficiente constatar um regime de modificações e logo correlacioná-las “ao modelo teológico e estético da criação”. É preciso, antes, definir em que consistem tais modificações, ou melhor, compreender o regime das *transformações*.
2. É preciso ter claro em mente que as práticas discursivas não têm o mesmo regime de historicidade, não se relacionam no mesmo grau com os mesmos objetos. É preciso, pois, pensá-las em sua singularidade.
3. Pensar o regime das transformações significa descrever como os elementos reaparecem depois de certo tempo sem uso, a forma, o modo e as condições em que aparecem. Nesse jogo de transformações, certos objetos, conceitos ou estratégias podem permanecer ou mudar de função.

Ao considerar o discurso objeto de análise, a proposta é pensar as regras de sua existência e os sistemas que operam dentro das práticas discursivas; analisá-lo como prática articuladora de saberes e de jogos de estratégias; e, já que ele tem funções e *status*, pensá-lo como meio e objeto de relações de poder. Além disso, antes de ser um edifício coerente, o discurso é lugar de conflitos e rebatimentos. Ao longo da análise, certas posições mudam: no lugar de uma história que busca uma origem para efetivar uma continuidade, há processos descontínuos, com séries e rupturas; no lugar do sujeito do discurso, há sujeitos produzidos discursivamente; no espaço em que se buscavam os sentidos imanescentes, nos “não ditos” ou por detrás deles, pensa-se a formação do objeto discursivo.

Para finalizar esta seção, cabe pensar a possível relação entre análise do discurso e geografia. A primeira questão a se considerar é o elo entre a geografia e a história, que têm certas proximidades, mas também muitos distanciamentos. Estes acontecem por causa de pressupostos, não raro ultrapassados, de que a história tem como objeto o “tempo” e a geografia, o “espaço” (ou, como no paradigma referido por Foucault [2000b]: ciências humanas preocupadas com o sincrônico e não evolutivo e a história analisando as mudanças). Mesmo que essa divisão tivesse algum valor, seria arbitrária. Não há possibilidade de pensar o espaço sem uma historicidade: os homens, ao se apropriarem do espaço, seguem certas regras históricas; da mesma forma, ao se trabalhar o histórico, considera-se certa dimensão espacial.

Nesse sentido, se aceitarmos que a geografia compreende a historicidade dos processos de apropriação do espaço, e dela forja grande parte de seu arcabouço teórico, a análise do discurso poderá contribuir muito. Se ficar claro que, ao se apropriar do espaço, o homem se vale de regras culturais, sociais, políticas e econômicas, e que estas, de certa forma, têm uma historicidade, a historicidade da produção do espaço ganhará uma dimensão discursiva. Desse modo, para compreender esse plano do discursivo, devem-se observar, a partir da análise do discurso, os rebatimentos do próprio discurso.

Resultam disso algumas raras insinuações dentro da geografia por meio daquilo que David Harvey chamou de “imaginações geográficas” ou “ideologias geográficas” (1980). As ideologias geográficas referem-se aos imperativos que dão motivações aos sujeitos para se apropriarem do espaço. Como resultado dessa apropriação, um conjunto de discursos é produzido a fim de demonstrar a construção de identidade, pertencimento a um território. Da ação envolvida para se apropriar do espaço, surgem discursos “sobre o espaço em si mesmo apreendido como produto histórico e cultural” (Moraes, 1988, p. 25).

Enfim, ao se produzir o espaço, “diz-se” sobre ele, e esse “diz-se” é o ponto no qual a análise do discurso pode contribuir com a geografia. É preciso saber mais sobre esse “diz-se”, os conceitos aí engajados, as posições de sujeito e as estratégias. A rigor,

a função que esse “diz-se” assume na produção do espaço ainda é um ponto cego. Percebe-se, portanto, que há um campo profícuo, mas pouco explorado.

Considerações finais

Este texto foi construído seguindo alguns postulados de Foucault. Porém, não fizemos uma descrição completa de suas contribuições: de um número relevante de orientações teóricas e metodológicas, algumas foram tangenciadas. Dentro das limitações, o intuito foi demonstrar um campo aberto de reflexões, sobretudo no que se refere ao papel do discurso como material de trabalho. Desde o começo, a preocupação era encontrar um fio condutor a partir do qual a geografia pudesse se aproximar da análise do discurso. Encontrar esse ponto de encontro é um trabalho extenso, mas necessário.

Ao observarmos os princípios básicos da análise do discurso, evidenciou-se que: a) as posições de sujeito oscilam constantemente dentro de uma prática discursiva; b) um discurso refere-se a objetos possíveis; e c) há uma materialidade e um campo associado. Além disso, é preciso lembrar que o campo das recorrências é sempre ativado, mas, aliado a isso, há sempre reatualizações situadas no nível do próprio discurso. Este, enfim, é uma trama complexa perfilando no interior do processo histórico. E é, sobretudo, um material de trabalho rico, com possibilidades teóricas e metodológicas a serem exploradas.

Referências

- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Clara Luz, 2007.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. “Foucault e a análise do discurso em educação”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nov. 2001, n. 114, pp. 197-223.
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia”. In MOTTA, Manoel Barros (org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a, pp. 82-118.
- . “Sobre as maneiras de escrever história”. In MOTTA, Manoel Barros (org.). *Michel Foucault: arqueologia das ciências dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b, pp. 62-77.
- . *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- . *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Naves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. “O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas”. In NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 23-42.

- . “J.-J. Coutrine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares”. In SARGENTINI, Vanice e GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Clara Luz, 2008, pp. 21-36.
- GUILHAUMOU, Jacques. “Do acontecimento discursivo à narrativa de acontecimento”. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução de Roberto Laiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009, pp. 123-50.
- e MALDIDIER, Denise. “Efeitos de arquivo. Análise do discurso no lado da história”. In ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura da história no discurso: homenagem a Denise Maldidier*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997, pp. 163-88.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Tradução de Armando Correa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. “O acontecimento discurso e a construção da identidade na história”. In — e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 97-130.
- PÊCHEUX, Michel. “Leitura e memória: projeto de pesquisa”. In ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise do discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp. 141-50.
- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. “Discurso e história: a construção da identidade”. In GREGOLIN, Maria do Rosário; CRUNIVEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (orgs.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2001, pp. 249-63.
- . “A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos de arquivo”. In NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis e SARGENTINI, Vanice (orgs.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Clara Luz, 2004, pp. 77-96.
- VEYNE, Paul. “Só há *a priori* histórico”. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 43-65.